PARECER 077/2020

Parecer ao Projeto de Lei nº 019/2020-L, de 12 de fevereiro de 2020, de autoria do N. Vereador Rafael Marreiro de Godoy, que *Altera a Ementa e o Art. 1º, da Lei nº 3.909, de 22 de Novembro de 2012, e dá denominação a vias públicas localizadas no bairro São Julião, Distrito de São João Novo.*

Apresenta o N. Vereador Rafael Marreiro de Godoy, o Projeto de Lei nº 019/2020-L, de 12 de fevereiro de 2020, que tem por objetivo alterar a Ementa e o Art. 1º, da Lei nº 3.909, de 22 de Novembro de 2012, e dá denominação a vias públicas localizadas no bairro São Julião, Distrito de São João Novo.

É o relatório.

A denominação de próprios, vias e logradouros públicos são de competência exclusiva da Câmara de Vereadores, por força do artigo 20, inciso XVI da Lei Orgânica Municipal.

A Lei 2.740 disciplina a oficialização, identificação e emplacamento de logradouros públicos e assevera, da mesma forma, ser

competência privativa do Poder Legislativo em apresentar projetos desta natureza, com obrigação do Poder Executivo o fornecimento de Certidão sobre dados do logradouro o qual se pretende denominar.

Art. 12 (...)

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá fornecer, nos prazos previstos em lei, informações solicitadas pelo Poder Legislativo ou Vereador, referente a oficialização dos logradouros públicos que se pretendem denominar, bem como tomar as providências necessárias para oficializar os logradouros públicos que não sejam oficializados.

Ao presente projeto segue acostada a referida Certidão emitida pelo Poder Executivo, preenchendo os requisitos legais.

Contudo, o presente projeto não está apenas promovendo a denominação da via pública, mas, também, alterando a denominação de via pública, o que, por sua vez é regido pela Lei nº 2.376, vejamos:

Art. 2º - É permitida a alteração de denominação vias ou logradouros públicos no Município de São Roque, quando:

(...)

c) pelo menos dois terços dos proprietários dos imóveis marginais à via ou logradouro público concordem com a alteração pretendida.

Dá análise do projeto, verifica-se a juntada do documento que demonstra a concordância dos proprietários dos imóveis localizados na via em questão, preenchendo os requisitos legais, também, neste tocante.

Diante disso, possível afirmar que, formalmente, inexistem irregularidades no projeto em apreço, estando apto a ser recebido pelo Plenário e enviado para a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

E em relação ao mérito, a conveniência e oportunidade é de exclusiva competência dos nobres Vereadores.

Maioria qualificada, única discussão e votação nominal.

É o parecer, s.m.j.

São Roque, 4 de junho de 2020

VIRGINIA COCCHI WINTER
Assessora Jurídica